

A compreensão da realidade socioeconômica em Veblen a partir de pressupostos ontológicos^a

The Understanding of Socioeconomic Reality in Veblen from Ontological Assumptions

Paulo Eduardo Panassol ^b 

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), Brasil

Resumo: Como disciplina científica, a economia compreende e explica fenômenos socioeconômicos. Para tanto, as premissas ontológicas são fundamentais, pois permitem uma compreensão abrangente da natureza inerentemente dinâmica da realidade social. O pensamento de Thorstein Veblen, fundamentado nesses pressupostos, oferece uma base teórica para entender a realidade socioeconômica por meio da interação, da interdependência e da evolução contínua entre indivíduos e instituições, mediadas por hábitos de pensamento e comportamento. Este estudo sistematiza e explora tais pressupostos presentes no pensamento de Veblen, os quais possibilitam a análise de mudanças estruturais e comportamentais em termos de processos cumulativos, além de orientar a formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento social.

Palavras-chave: Thorstein Veblen. Economia Institucional Original. Ontologia.

Abstract: As a scientific discipline, economics understands and explains socioeconomic phenomena. To this end, ontological premises are fundamental, as they allow for a comprehensive understanding of the inherently dynamic nature of social reality. Thorstein Veblen's thought, grounded in these assumptions, offers a theoretical basis for understanding socioeconomic reality through the interaction, interdependence, and continuous evolution between individuals and institutions, mediated by habits of thought and behavior. This study systematizes and explores these assumptions present in Veblen's thought, which enable the analysis of structural and behavioral changes in terms of cumulative processes, as well as guiding the implementation of policies aimed at social development.

Keywords: Thorstein Veblen. Original Institutional Economics. Ontology.

JEL: B15. B41. B52.

Editor responsável: Jonattan Rodriguez Castelli | DOI: 10.22456/2176-5456.152784

^a Submissão: 08/01/2026 | Aprovação: 11/09/2026 | Publicação: 03/10/2026

^b ppanassol@gmail.com

O autor declara não haver conflito de interesse. Os conteúdos utilizados na pesquisa encontram-se no manuscrito. Foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para: revisão gramatical/ortográfica do texto.



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons 4.0 Internacional

1. Introdução

Uma ciência como a economia tem o papel de compreender e explicar os fenômenos de uma determinada instância ou nível da realidade, possuindo, assim, um domínio real de análise ao qual se vincula (Hodgson, 2001a). Para Dopfer (2013), a economia padece de uma lacuna de fundamentos ontológicos sólidos que auxiliem a guiar a concepção de uma teoria capaz de explicar aspectos como a natureza dinâmica da realidade socioeconômica.

Como em qualquer investigação nas ciências sociais, a ciência econômica requer estruturas conceituais e elementos teóricos compatíveis com seu objeto de análise. Tais elementos devem contemplar tanto a agência humana quanto a estrutura socioeconômica, possibilitando uma reflexão crítica sobre uma realidade marcada por mudanças constantes e processos de causação cumulativa.

Enquanto prática social, a economia deve elucidar estruturas, poderes, mecanismos e tendências subjacentes aos fenômenos socioeconômicos. Essa abordagem permite que o conhecimento adquirido revise concepções anteriores que já não se alinham com as circunstâncias em transformação. Nesse contexto, o presente estudo problematiza a capacidade da ciência econômica de apreender a ontologia dos fenômenos sob investigação, isto é, compreender a realidade em sua essência e orientar-se por explicações consistentes com o domínio socioeconômico.

A *Original Institutional Economics* (OIE) constitui uma abordagem teórica robusta para investigar os elementos da realidade socioeconômica e oferecer uma perspectiva crítica à teoria econômica ortodoxa. Entre seus fundadores, destaca-se Thorstein Veblen, cuja análise singular abrange temas diversos da realidade econômica, como os padrões de comportamento e de consumo dos indivíduos, a estrutura social, a natureza competitiva e predatória do capitalismo industrial, as estruturas de mercado, os sistemas de preços e de crédito e, até mesmo, os ciclos econômicos.

A perspectiva vebleniana fundamenta-se em pressupostos ontológicos como múltiplos níveis da realidade, mudança cumulativa e interdependência entre as partes e o todo. Tais elementos permitem uma compreensão mais abrangente e crítica das complexidades e especificidades da realidade socioeconômica.

Com base em uma abordagem hermenêutica da obra de Veblen, este artigo objetiva sistematizar e analisar suas contribuições acerca da realidade socioeconômica e da ciência econômica, cujo objeto é o estudo dessa realidade. A análise parte da sistematização dos pressupostos ontológicos presentes na obra do autor, os quais possuem um fundamento filosófico genuíno em sua essência, não apenas por representarem um aspecto ainda pouco explorado de seu pensamento, especialmente no Brasil, mas também porque a literatura especializada costuma focar predominantemente em seus princípios metodológicos ou epistemológicos.

Embora não seja a primeira tentativa de relacionar a ontologia de Veblen com sua visão filosófica e sua interação com a ciência econômica (Daugert, 1950; Hodgson, 2001b; Lawson, 2003, 2026; Martins, 2020), esta abordagem enfatiza aspectos específicos de sua concepção da realidade. Busca-se ultrapassar leituras centradas apenas em instintos, hábitos e instituições, geralmente limitadas a três obras do autor: *Why is economics not an evolutionary science?* (Veblen, 1898a), *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts* (Veblen, 1914) e *A teoria da classe ociosa* (Veblen, 1983). Essas análises oferecem uma visão parcial do arcabouço teórico do autor e podem justificar críticas a seus escritos como se fossem desconexos e episódicos, ainda que “brilhantes” (Hodgson, 2001b).

A aplicação adequada da teoria vebleniana a um mundo social aberto e dinâmico encontra obstáculos notáveis, em grande parte associados às dificuldades enfrentadas por comentadores – tanto atuais quanto históricos – em construir uma compreensão sistêmica e sistemática dos conceitos e da metodologia de Veblen, que se afastam significativamente dos modelos dominantes na economia ortodoxa.

Não obstante, conforme assinala Tilman (2007), a obra de Veblen não se configura como um compêndio de tratados filosóficos formais. A avaliação de seu legado depende, portanto, de leitura interpretativa de seus escritos e permanece suscetível a interpretações parciais e incompletas.

O presente estudo não visa a uma exegese crítica voltada à identificação de lacunas ou omissões na obra vebleniana, sob a ótica de interpretações ideológicas dos seus comentadores. Contrapõe-se, outrossim, à alegação de ausência de uma teoria abrangente (Hodgson, 1992, 1998; Rutherford, 1998), sustentando que o pensamento de Veblen, além de crítico, no sentido da análise da essência e

da significação da realidade, e reflexivo, como investigação das razões e causas dos fenômenos, possui um caráter sistêmico, evidenciado pela coerência intrínseca entre ideias e significados.

Diante da complexidade do objetivo proposto, adota-se uma abordagem filosófica para compreender a realidade, explorando a evolução da filosofia como campo de conhecimento, o papel da ontologia como fundamento crítico do existente e sua inter-relação com a economia como domínios complementares.

2. A interseção entre ontologia e economia na reflexão sobre a realidade socioeconômica: uma breve análise

2.1 A filosofia e a economia como domínios complementares

A reflexão filosófica sobre a economia tem suas raízes em Aristóteles; contudo, apenas no século XVIII ela se estabeleceu como um campo distinto, impulsionada pelo trabalho dos fisiocratas e de filósofos como Hume e, notavelmente, Adam Smith. Ao longo do século XX, porém, a reflexão filosófica parece ter se dissociado da ciência econômica, a qual deveria limitar-se a observações e experiências desprovidas de juízos de valor, reservados à análise de especialistas em filosofia.

O paradigma dominante em economia, tanto o ensinado quanto o praticado, é refratário à reflexão filosófica, deixando de lado ou negligenciando os pressupostos ontológicos essenciais à análise da realidade socioeconômica (Lewis; Moura; Runde, 2020; Lawson, 2026). Esse padrão científico prioriza os métodos de modelagem, destacando seus pressupostos, formas, aplicações e técnicas de estimação, configurando-se, na verdade, como uma ideologia metodológica apresentada como ciência (Lawson, 2015a, 2026). Em particular, os modelos do *mainstream* incorporam uma ontologia implícita de mundos atomizados e individualizados incompatível com a natureza concreta da realidade social (Hodgson, 2004; Lawson, 2003, 2012, 2026).

Não obstante, nas últimas cinco décadas, tem-se observado crescente interesse, convergência e intercâmbio recíproco entre os campos da economia e da filosofia, como ilustram o trabalho de Sen (2004), no domínio da ética, e o de Hodgson (2010), que adota o darwinismo como um pressuposto ontológico fundamental para a elaboração de explicações causais detalhadas e cumulativas, e como uma perspectiva filosófica para a economia evolucionária contemporânea.

Nesse cenário de convergência, a filosofia passou a incorporar evidências empíricas e até modelagem matemática, enquanto economistas passaram a investigar questões outrora consideradas metafísicas, como a noção de causalidade, extrapolando o observável. Essa intersecção impulsionou a filosofia da economia – uma área de pesquisa dedicada aos fundamentos filosóficos, ontológicos, metodológicos e éticos da disciplina – a um patamar de relevância potencialmente elevado, tanto no âmbito acadêmico quanto no prático (Illari; Russo, 2014; Hausman, 2021).

Enquanto disciplina científica, a filosofia progride por meio do diálogo entre filósofos – reflexões críticas de pensadores como Platão, Aristóteles, Descartes, Locke e Kant – em busca do conhecimento da verdade em sua essência, tendo como objeto a totalidade das coisas e do ser, isto é, a realidade do todo, sem exclusão de partes, valendo-se dos métodos racional ou empírico. Se aos deuses a posse da verdade era total e incontestável, aos homens restava uma aproximação contínua do verdadeiro. Às demais ciências caberia a explicação de parcelas da realidade, dos entes, das coisas ou dos fenômenos.

A filosofia, por meio da análise, da reflexão e da crítica, configura-se, portanto, como a investigação da essência, do fundamento e do sentido da realidade e dos seres humanos em suas múltiplas manifestações – individuais, coletivas, científicas, artísticas, políticas, sociais, econômicas, entre outras (Chaui, 2000).

Por sua vez, a ontologia, como estudo da realidade do ser e das coisas, estabelece o fundamento crítico daquilo que existe no mundo e requer a identificação e a definição de suas características gerais e relações. Para Poli (1999), é central adotar a tese ontológica de que todos os objetos da realidade são complexos: um todo composto por partes funcionais interconectadas em diversos graus de dependência e substância, estruturadas em múltiplas camadas. Ademais, é preciso compreender o mundo como um fluxo universal de eventos e processos dotados de propriedades intrínsecas e relacionais.

Nessa perspectiva, para apreender a realidade em sua complexidade, a ontologia deve integrar fenômenos de diferentes níveis ontológicos, como os da medicina, da biologia ou da economia. Essa abordagem baseia-se na análise contextualizada dos subdomínios, entendendo-os como conjuntos de categorias interligadas, e não como uma hierarquia centrada em uma única categoria superior.

De acordo com Hodgson (2010), o raciocínio científico opera em diferentes níveis de análise. O nível ontológico estabelece as premissas sobre a natureza da realidade, enquanto o epistemológico se dedica à aquisição e à justificação do conhecimento. Analogamente, o nível heurístico aborda a resolução de problemas, e o metodológico discute as explicações teóricas e sua construção.

Para ter pretensão científica, o raciocínio econômico deve, assim, compreender e explicar a vasta e complexa diversidade de fenômenos da realidade socioeconômica em seus múltiplos domínios – históricos, sociais, culturais etc. Isso exige considerar diversos contextos de expectativas, incertezas e variabilidade, um mundo em constante transformação, incluindo a interação multinível entre indivíduo e sociedade e suas relações de causalidade e emergência.

Em face dessa complexidade, a análise econômica requer pressuposições ontológicas, explícitas ou implícitas, cruciais não apenas para escolher e justificar os métodos, as ferramentas ou as práticas científicas aplicadas à realidade substancial (conhecimento objetivo do mundo), mas também para afirmar a própria existência e natureza dos fenômenos socioeconômicos (Hausman, 2021; Lawson, 1997, 2015b, 2026; Veblen, 1900). Historicamente, contudo, a epistemologia tem sido frequentemente priorizada pelos filósofos como a tarefa basilar de sua disciplina (Kilpinen, 2017).

Essa concepção repousa sobre um pressuposto ontológico implícito: a ideia de que o mundo é relativamente estático, permitindo uma abordagem e uma busca por conhecimento de forma discricionária. A validade dessa premissa, entretanto, não pode ser assumida axiomaticamente, o que impõe a necessidade de uma análise prévia da natureza intrínseca da realidade. Nesse contexto, a ontologia emerge como a disciplina filosófica fundamental que investiga a constituição do que existe.

Assim, como base para a presente discussão, consideram-se os seguintes pressupostos ontológicos com base em Lawson (2003, 2012, 2026) e Panassol (2024):

P1 – Profundidade ontológica – A realidade socioeconômica é estratificada em múltiplos níveis e camadas, como a tecnológica, a psicológica e a institucional, que se conectam e influenciam mutuamente. Possui propriedades emergentes,

ou seja, a totalidade apresenta propriedades e poderes que a entidade original não possuía isoladamente ou, em outros termos, qualidades sistêmicas que não podem ser explicadas nem reduzidas estritamente à soma das partes.

P2 – Natureza processual e dinâmica – A realidade social é intrinsecamente dinâmica, sujeita a transformações contínuas e a desdobramentos de sequências causais, em um fluxo universal de estados (contrapartida do processo em dado momento) e substâncias (o que permanece constante ou subsiste durante a série de mudanças inter-relacionadas que formam o curso dos eventos).

P3 – Interdependência relacional – As entidades sociais (indivíduos e instituições) não existem nem agem de forma isolada, mas estão ligadas de maneira constitutiva e interdependente. Agência e estrutura são moldadas e conformadas continuamente pelo processo histórico e social. Em outros termos, são ao mesmo tempo, condição e consequência.

P4 – Mudança cumulativa e abertura – A realidade é apreendida não como um estado estático de equilíbrio, mas como uma sequência complexa de mudança cumulativa, na qual os eventos resultam da relação de causa e efeito, sem um fim predeterminado, de modo não intencional, porém dependente da trajetória histórica.

A próxima subseção colaciona análises ontológicas presentes na literatura econômica e, em seguida, apresenta a perspectiva vebleniana como uma ontologia de realidade aberta e complexa, em transformação constante, por meio de processos cumulativos entre partes e o todo intrinsecamente relacionados, o que condiciona o aparato de investigação (nível metodológico) a uma abordagem evolucionária crítica da ciência econômica.

2.2 A ontologia na literatura econômica

Lawson (2026) sustenta que a ciência econômica contemporânea é caracterizada pela clivagem entre a ontologia atomística da economia dominante, que preconiza sistemas fechados e agentes isolados, e a perspectiva relacional-processual, ancorada nas tradições de Marx e do próprio Lawson, que concebe a

esfera socioeconômica como um ecossistema dinâmico, estratificado e caracterizado por interdependências orgânicas e profundas.¹

Na perspectiva do autor, o compromisso dogmático da economia dominante com o instrumental matemático carrega consigo uma ontologia atomística raramente assumida de forma explícita. Tal ontologia pressupõe a existência de sistemas sociais fechados e regularidades invariáveis de eventos, reduzindo fenômenos complexos a correlações superficiais e constantes, cujas entidades operam como átomos isolados – agentes racionais ou representativos. As análises daí decorrentes não captam explicações causais profundas, pois acabam se concentrando apenas em correlações de eventos observáveis.

As contribuições de Marx, especialmente em *O Capital* e nos *Grundrisse*, consoante Lawson, podem ser lidas como ontologia social, em contraposição à visão atomística que domina a economia moderna. Na acepção de Lawson, a obra marxiana é marcada pela abertura da realidade social, compreendida como um processo histórico contínuo de relações sociais que ligam os indivíduos em diferentes eras históricas – pré-capitalista, capitalista e pós-capitalista –, apropriando-se das conexões internas e das leis que regem e explicam os fenômenos, sem se contentar com os fenômenos da superfície. Contudo, na leitura do intérprete, embora Marx tenha insistido na “relacionalidade do ser social”, ele não detalhou sistematicamente como essas relações constituem as entidades.

Lawson (1997, 2012, 2015a, 2026) critica a negligência ontológica do *mainstream* econômico e prioriza a investigação de mecanismos subjacentes e estruturas sociais emergentes. Sua ontologia centra-se na abertura da realidade e em sua profundidade estratificada, em que os fenômenos são compreendidos como eminentemente processuais e dependentes da interação humana. Embora vinculada à agência intencional, a realidade social não é redutível ao plano individual, mas depende necessariamente de ações humanas e de suas interações. Na concepção relacional-processual da economia, o futuro é aberto e imprevisível.

Outros autores contemporâneos, como Uskali Mäki e Geoffrey Hodgson, também articulam o diálogo entre filosofia e economia. Hodgson (2002b) defende a premência do darwinismo para a ciência econômica, argumentando que uma abordagem evolucionária consistente deve, necessariamente, fundamentar-se em

¹ Lawson (2026) alinha Keynes à concepção relacional-processual, dada a sua ênfase na incerteza que é interpretada como um reconhecimento da abertura ontológica da realidade social.

princípios darwinianos de variação, herança e seleção. Sob essa ótica, o darwinismo provê um arcabouço para a análise de sistemas abertos e complexos, nos quais as estruturas socioeconômicas operam como um processo cumulativo. Tal perspectiva implica um compromisso ontológico com explicações causais, refutando desígnios teleológicos na natureza e afirmando que a agência humana e as instituições devem ser submetidas ao escrutínio científico.

Mäki (2000, 2001) explora as variedades de realismo e sustenta que a busca por verdades significativas pressupõe um lastro ontológico que oriente a investigação. O realismo ontológico emerge, assim, como o balizador que delimita o escopo das explanações econômicas, ao orientar as teorias e modelos econômicos diante de uma realidade complexa, variada, multifacetada e composta por múltiplas estruturas profundas. Para Mäki (2005), questões ontológicas centrais não se restringem à existência de objetos e propriedades representados por suas teorias, mas abrangem também seu papel causal e sua relevância no funcionamento dos sistemas sociais.

Diferente de Hodgson, que enfatiza o pensamento evolucionário darwiniano, e de Lawson, que privilegia a natureza relacional-processual das estruturas, a presente análise sobre Veblen contribui para o debate ao demonstrar como sua concepção da ciência econômica se fundamenta em pressuposições ontológicas da estrutura social – instintos, hábitos e instituições – e de fenômenos como emergência e mudança cumulativa, necessários para interpretar a economia contemporânea e problemas específicos, como o subdesenvolvimento brasileiro.

Nessa perspectiva, a próxima seção examina o acesso à realidade e à compreensão do mundo na dimensão socioeconômica sob a ótica da ontologia de Veblen.

3. A compreensão da realidade socioeconômica com base nos pressupostos ontológicos de Thorstein Veblen

3.1 Ontologia, filosofia e economia em Veblen

Para compreender o pensamento de um autor, é imprescindível examinar sua forma de assimilar a realidade, fundamentada em uma concepção filosófica subjacente. Tal análise envolve uma avaliação consistente da natureza humana e da sociedade, considerando o contexto cultural, intelectual, social e institucional em que estão inseridos.

Almeida e De Paula (2023) destacam o impacto dos escritos de Veblen, reconhecido como um marco fundamental na economia do final do século XIX e início do século XX. Sua influência é evidenciada não apenas em periódicos heterodoxos, mas também em publicações científicas associadas ao *mainstream* econômico, que mencionam sua relevante contribuição para a compreensão da realidade socioeconômica.

Nos estudos publicados ao longo do presente século, observa-se uma renovação do interesse pela obra do institucionalista original, que se destaca como um dos autores mais estudados, debatidos e contestados no campo da ciência econômica. Apesar das diversas análises realizadas sobre os trabalhos de Veblen, são raros os estudos que têm como foco a compreensão de sua ontologia.

Hodgson (2004) sustenta que a teoria econômica e social de Veblen foi guiada por sua profunda reflexão filosófica, que rejeitou a ordem socioeconômica vigente e abriu caminho para repensar a economia como uma ciência darwiniana.

Conceição (2019) destaca que o institucionalismo vebleniano fundamenta-se em proposições ontológicas que abordam a natureza do ser social, incluindo processos causais e evolutivos, o pensamento populacional darwiniano (variação, seleção e herança) e a conduta humana moldada cultural e institucionalmente por hábitos, normas e padrões de comportamento.

Veblen não elaborou um tratado formal de taxonomia econômica, o que seria incompatível com suas críticas direcionadas à própria economia dominante. Seus escritos não formam uma totalidade consolidada, embora façam uso de pressupostos ontológicos. Por isso, a exegese textual de sua extensa obra revela-se a abordagem mais adequada, pois se contrapõe ao insulamento heurístico tradicional, que busca interpretar Veblen com base em apenas três ou quatro de suas obras, o que acaba por dificultar a compreensão da totalidade de seu pensamento.

Metodologicamente, Veblen transcendeu as dicotomias do individualismo e coletivismo, antecipando conceitos como múltiplos níveis de análise e propriedades emergentes, ainda que não explicitamente formulados em sua obra. A realidade socioeconômica é marcada pela co-constituição entre agência e estrutura, mediada por hábitos de pensamento e de comportamento, bem como por um processo contínuo de evolução com modificação.

O autor compreendia que pressupostos ontológicos ou metafísicos, que não podem ser validados empiricamente e que são constitutivos de todo processo econômico, são necessários a qualquer prática científica ou escolha metodológica.

Veblen propôs refundar a ciência econômica com base em uma abordagem evolutiva e dinâmica da realidade socioeconômica (Camic, 2020; Camic; Hodgson, 2011; Hodgson, 2004), sustentada por pressuposições ontológicas acerca da estrutura social – instintos, hábitos e instituições – e por fenômenos como emergência e mudança cumulativa, viabilizando a explicação da realidade substancial ou de aspectos específicos como o subdesenvolvimento (Panassol, 2024; Veblen, 1900).

Contudo, Veblen não evidenciou de forma explícita sua ontologia, deixando espaço para contribuições teóricas, como a discutida neste ensaio, que propõe um tratamento sistemático da ontologia vebleniana, de forma explícita e sustentada, com vistas a alcançar uma visão explicativa coerente e condizente com o objeto de análise: a realidade socioeconômica em permanente transformação cultural e técnica (Panassol, 2024).

Mitchell (2017) destaca que Veblen criticava os economistas por formularem questões inadequadas sobre a realidade e por adotarem uma visão antiquada, pré-darwiniana, da ciência e dos problemas econômicos. Tais questionamentos relacionam-se ao próprio ato de pensar e, portanto, possuem natureza filosófica.

Veblen possuía formação em filosofia, obtendo o título de *Doctor of Philosophy* (Ph.D.), em 1884, na Yale University.² Durante esse período, a filosofia era considerada a ciência central que articulava os diversos campos do conhecimento, abrangendo línguas antigas e modernas, matemática e ciências naturais. A teoria da lei natural e dos direitos naturais constituía o núcleo da filosofia, tendo como princípios fundamentais a vida, a liberdade e a propriedade. Nas universidades dos Estados Unidos, predominava a perspectiva do senso comum escocês, segundo a qual a indução era vista como o principal método para

² A publicação acadêmica inaugural de Veblen, *Kant's critique of judgment*, no *Journal of Speculative Philosophy*, em julho de 1884, é seu único ensaio estritamente filosófico (Veblen, 1884). Tal texto é fundamental para entender o desenvolvimento intelectual de Veblen, embora não receba a devida atenção dos seus comentadores ou seguidores. Para uma análise recente desse texto fundante de Veblen consulte Panassol (2024).

o progresso científico e o avanço do conhecimento humano, baseado em cadeias de causas e efeitos que explicavam os fenômenos (Camic, 2020; Murphey, 2018).

Durante sua passagem pela Johns Hopkins University, Veblen estudou as obras de Immanuel Kant e foi aluno de Charles Sanders Peirce em um curso introdutório de lógica, concebida como método formalizado da investigação científica moderna. Peirce sustentava que o pensamento é uma ação destinada a gerar hábitos de ação e que os princípios da investigação derivam dos hábitos da mente. Essa perspectiva influenciou Veblen, que passou a conceber os seres humanos como agentes ativos em interação com as condições ao seu redor, em oposição a unidades passivas e isoladas.

No decorrer de sua formação, que incluiu passagens pela Cornell University e a obtenção de um *Bachelor of Arts* (B.A.) no Carleton College, Veblen teve contato com diversas doutrinas evolucionistas, incluindo as variantes darwinianas, em um contexto em que a tradição lamarckiana ainda predominava, com Herbert Spencer como principal expoente. À época, a ciência já havia expandido seu escopo para além do estudo da natureza, abrangendo também o mundo social e as humanidades. Em Veblen, consolidou-se a prática de analisar o mundo social como uma unidade orgânica em constante transformação, bem como a valorização da ciência e de outras atividades produtivas (Camic, 2020).³

A seção a seguir examina a obra de Veblen à luz dos pressupostos ontológicos definidos anteriormente (seção 2.1, P1 a P4), evidenciando como esses fundamentos manifestam-se em seus escritos.

3.2 A manifestação dos pressupostos ontológicos na obra de Veblen

De acordo com Veblen (1983), a luta do homem em sociedade é uma luta pela sobrevivência, constituindo um processo de seleção natural dos hábitos mentais mais “aptos” às exigências produtivas e aos modos de vida da sociedade. Da mesma forma, a evolução da estrutura social é um processo de seleção natural das instituições. Ambos os processos de seleção adaptativa ocorrem em resposta a um ambiente em contínua evolução, em decorrência do desenvolvimento da sociedade e das mudanças nas instituições sob as quais o homem vive.

³ Como filósofo de formação, o quadro filosófico-teórico de Veblen se alicerçou sobre “ombros de gigantes” da filosofia, especialmente, Kant e Peirce, além de Darwin. Para uma visão recente das influências de Kant, Darwin e Peirce sobre Veblen ver Panassol (2024).

Para Veblen (1983), a dinâmica social humana manifesta-se como um processo de seleção natural no qual hábitos mentais e instituições são submetidos a escrutínio adaptativo, guiado pelo imperativo da sobrevivência. Esse processo dual de seleção, operando tanto no nível individual quanto no institucional, responde a um ambiente socioeconômico intrinsecamente dinâmico, marcado por transformações contínuas (pressupostos P1, P2, P3 e P4).

A ontologia evolucionária crítica constitui elemento central em toda a obra de Veblen, demonstrando um discernimento filosófico e teórico significativo (Panassol, 2024). Em *Some neglected points in the theory of socialism*, Veblen (1891) apresenta a gênese de sua ontologia, que serve de base para sua produção subsequente, ao discutir a evolução das instituições econômicas e sociais e ao associar emulação e inveja a razões do comportamento (pressupostos P3 e P4).

Entre julho de 1898 e fevereiro de 1901, Veblen publica uma série de artigos conectados, fundamentais para o desenvolvimento de seu pensamento, nos quais se consolidam uma ontologia de caráter processual (pressuposto P2), cumulativa (P4) e relacional entre níveis sociais (P1 e P3) (Veblen, 1898a, 1898b, 1899a, 1899b, 1900, 1901). Em fevereiro de 1899, publicou seu primeiro livro, *The theory of the leisure class: an economic study in the evolution of institutions*, no qual a realidade socioeconômica é examinada de forma abrangente, considerando sua totalidade, e não apenas fenômenos isolados, com ênfase na relevância tanto de indivíduos quanto de instituições (Veblen, 1983).

No artigo *Why is economics not an evolutionary science?* e nas três partes de *The preconceptions of economic science*, Veblen examina o desenvolvimento econômico em relação às etapas culturais, concluindo que a economia tradicional é pré-evolucionária, pois se fundamenta em preconceitos antropológicos e psicológicos que se tornaram obsoletos diante das transformações nas circunstâncias da vida, caracterizando explicitamente a realidade como uma sequência causal cumulativa (P2 e P4).

A modernidade científica, na acepção vebleniana, reside no axioma da causação cumulativa, compreendido como uma sequência genética e impessoal de eventos – uma sequência causal, em moldes darwinianos, de natureza dinâmica e evolucionária (Veblen, 1898a). Em contraste, a ciência animista pré-darwiniana

baseava-se em uma lei natural acrítica, teleológica e fundamentada em causas finais.

De acordo com Veblen, a natureza humana não é passiva, inerte ou estável, mas composta por agentes moldados por propensões e hábitos que buscam realização e expressão por meio de ações em desenvolvimento, influenciadas pelas condições materiais. Essas circunstâncias induzem mudanças cumulativas nos hábitos de pensamento, convenções e métodos de habituação, resultantes da experiência acumulada, expressando a agência inserida em processos dinâmicos (P2) e interdependentes (P3), nos quais a mudança ocorre cumulativamente (P4). Assim, uma ciência evolucionária deve analisar esse crescimento cultural, elaborando uma teoria baseada na sequência cumulativa de instituições como parte do processo evolutivo.

Nas três partes de *The preconceptions of economic science*, com base na história do pensamento econômico, Veblen aprofunda o argumento apresentado em *Why is economics not an evolutionary science?*, examinando as premissas, a visão de mundo e o senso comum de uma época, evidenciando sua formação filosófica. Nos textos, Veblen (1899a, 1899b, 1900) critica os princípios metafísicos amplamente aceitos pela economia convencional e analisa o pensamento econômico desde os fisiocratas até autores como Adam Smith, John Stuart Mill e Alfred Marshall. Argumenta que tais pensadores, pertencentes a uma classe privilegiada, estavam relativamente isolados dos impactos das ideias na realidade circundante.

Desse modo, preservam-se formas animistas de pensamento que mantêm antigos modelos mentais, inadequados às demandas da vida e da economia modernas. Estas, por sua vez, requerem novas formas de raciocínio fundamentadas em sequências causais cumulativas, coerentes com o estado avançado das artes industriais.

Em tais pensadores, prevalece a crença em leis normais ou naturais imutáveis que regem a vida econômica, presumidas em um estado de equilíbrio perfeito e que, de forma teleológica, conduzem ao desenvolvimento progressivo da sociedade. Esse progresso é interpretado como um fim adequado e digno do esforço humano, refletindo uma suposta tendência natural ao avanço da humanidade (Veblen, 1899a, 1899b).

Nesse enfoque, a ontologia teleológica da economia clássica levava à formulação de conceitos e de categorias normalizadoras e naturais, sustentando uma ciência de caráter taxonômico e hedonista, que pressupõe uma natureza humana dada, inerte, estática. Para Veblen, a superação dessa abordagem requer a adoção do método evolucionário aplicado à análise da diversificação e da mudança cumulativa nas atividades humanas de natureza econômica (Veblen, 1899a, 1900). Em sua perspectiva, a ontologia estática deveria ser substituída por uma ontologia processual e cumulativa condizente com a “realidade substancial” (P2 e P4).

Segundo Veblen, os hábitos individuais são formados pela ação, e mudanças nas atividades promovem mudanças nesses hábitos. O desenvolvimento cultural, associado ao progresso industrial, leva à expansão do conhecimento e à formação de novos hábitos, em um processo contínuo de adaptação cumulativa de meios e fins. Tanto instintos quanto instituições, que conformam o comportamento humano, atuam como unidades de seleção evolutiva (Hodgson, 1992, 2002a, 2010; Veblen, 1898a, 1900). Nesse contexto, observa-se emergência de padrões comportamentais a partir da interação entre agentes e estrutura (P3), ao longo de processos cumulativos (P4).

Em *The instinct of workmanship and the irksomeness of labor*, Veblen (1898b) critica a economia recebida com base em uma ontologia de causação cumulativa de caráter realista e darwiniano. Descreve o ser humano como uma criatura de hábitos e propensões, guiada pelo “*instinct of workmanship*” (instinto do trabalho), que expressa o esforço pela excelência no trabalho e pelo aprimoramento industrial ou econômico, tanto individual quanto coletivo. Esse instinto, impulsionado por estímulos ambientais, orienta as ações humanas em busca de objetivos concretos, impessoais e socialmente relevantes, manifestando uma agência humana inserida em contextos relacionais e processuais (P1, P2 e P3).

Em Veblen, os instintos orientam a atividade humana em direção a objetivos específicos, ao mesmo tempo em que moldam os meios utilizados para alcançá-los. Os hábitos, por sua vez, são socialmente determinados, funcionando como mecanismos complementares que viabilizam a realização dessas tendências instintivas em um contexto complexo e em constante transformação. Trata-se de uma ontologia que evidencia a interdependência entre indivíduo e estrutura (P3) e a emergência de padrões sociais (P1).

Ambos são marcados por heranças do passado: os instintos, ao transmitir propensões fixas, e os hábitos de pensamento e comportamento, ao serem adquiridos por meio do costume e compartilhados socialmente por meio de instituições específicas (Hodgson, 2004).

Em *A teoria da classe ociosa* (Veblen, 1983), o autor analisa a evolução das instituições econômicas como padrões habituais sujeitos a seleção adaptativa em resposta a um ambiente dinâmico, impulsionado por avanços técnicos, nos métodos e na organização industrial e, também, no fator humano. Argumenta que essas instituições tendem a apresentar um descompasso em relação às mudanças ambientais, em razão de sua origem em hábitos de pensamento adaptados a circunstâncias pretéritas, evidenciando uma ontologia institucional baseada em processos dinâmicos (P2), interdependentes (P3) e geradores de padrões emergentes (P1).

Em *Industrial and pecuniary employments* (1901), Veblen completa o paralelismo entre *A teoria da classe ociosa* e os três artigos *The preconceptions of economic science*. O autor estabelece um dualismo ontológico entre processos industriais e empresariais, diferenciando, com base na discussão sobre a propriedade concebida como um hábito de pensamento ou uma instituição, o capitão da indústria, detentor do conhecimento tecnológico e responsável pela eficiência tecnológica, e o capitão de negócios, que exerce controle discricionário sobre a riqueza. Essa distinção evidencia a diferenciação estrutural da realidade socioeconômica (P1) e a interdependência entre suas dimensões (P3).

Em *The theory of business enterprise*, Veblen (1904) explora questões como a especulação financeira, o ciclo de negócios e a influência do processo mecanizado sobre os hábitos de pensamento, evidenciando a natureza processual (P2) e cumulativa (P4) dos fenômenos econômicos. O autor argumenta que a evolução dos negócios corporativos levou à dissociação entre os interesses industriais da comunidade e as demandas econômicas das corporações, refletindo a crescente separação entre o controle dos processos manufatureiros e a gestão pecuniária dos negócios. Essa obra representa um esforço de Veblen para compreender a base material da realidade socioeconômica e de seus processos sob a ótica da ciência moderna.

Em *The place of science in modern civilization*, Veblen (1906) expõe a essência de sua filosofia da ciência, destacando como elementos centrais a

curiosidade ociosa, a transformação nas estruturas institucionais e nos hábitos de vida, resultantes das mudanças culturais e econômicas. Examina, também, o impacto da tecnologia e de seus processos como uma força cultural com amplas implicações sociais, derivada da aplicação do conhecimento científico para fins úteis (pressupostos P2 e P4).

Na segunda parte de *On the nature of capital*, Veblen (1908a) argumenta que a economia não se limita ao estudo abstrato das escolhas individuais, mas constitui uma ciência que expressa a natureza sociocultural da existência humana. Para ele, a ciência está intrinsecamente ligada ao conhecimento, aos hábitos de vida e aos padrões de pensamento.

Em *The evolution of the scientific point of view*, Veblen (1908b) analisa as origens da ciência moderna e de suas instituições, aplicando sua ontologia à evolução do próprio processo científico. Argumenta que o postulado implícito do cientista reside no processo de mudança consecutiva, no qual cada objetivo de pesquisa é tratado como um ponto de partida transitório. Na ciência pós-darwiniana, a ênfase está no processo de causação cumulativa, que abrange períodos de instabilidade e transição entre a causa inicial e o efeito definitivo. Em contraposição, a ciência pré-darwiniana concentrava-se na consumação das mudanças, considerando o termo final como seu foco principal (Veblen, 1919).

Segundo o autor, a ciência e o ponto de vista científico, assim como o conhecimento buscado e os métodos para alcançá-lo, derivam do crescimento cultural. Esse processo reflete a adaptação dos hábitos de pensamento às demandas materiais da comunidade e às transformações nas condições de vida. Como afirma Veblen: “[...] é uma questão de formação de hábitos de pensamento; e hábitos de pensamento são resultado de hábitos de vida.” (Veblen, 1919, p. 38, tradução própria).

Contudo, argumenta que a ciência moderna conserva hábitos de pensamento e preconceitos institucionais herdados de esquemas culturais anteriores, como as noções de “leis naturais” ou “uniformidades naturais de sequência”, tratadas como verdades universais que regem os fenômenos pela causalidade. O autor observa que, para alguns cientistas, o processo evolutivo de causalidade cumulativa é erroneamente interpretado como uma tendência sobrenatural benéfica, fazendo com que “evolução” seja vista como sinônimo de melhoria.

Nesse contexto, Veblen esclarece os elementos que caracterizam uma ciência evolucionária, afirmando uma concepção processual (P2) e de causalidade cumulativa (P4):

As ciências que são modernas, em qualquer sentido peculiar, tomam como um postulado (não declarado) o fato da mudança consecutiva. Sua investigação sempre se concentra em algum tipo de processo. Essa noção de processo sobre a qual se agrupam as pesquisas da ciência moderna é uma noção de uma sequência, ou complexo, de mudança consecutiva em que o “nexo” da sequência, aquele em virtude do qual a mudança indagada é consecutiva, é a relação de causa e efeito. (Veblen, 1919, p. 32, grifo do autor, tradução própria).

Em *The limitations of marginal utility*, Veblen (1909) argumenta que a ciência moderna deve investigar os fenômenos da vida se ocupando com a origem e a mudança cumulativa orientada em termos causais, em consonância com uma ontologia que privilegia processos dinâmicos (P2) e cumulativos (P4). Para ele, a economia estuda a conduta humana, analisando evolutivamente o esquema de vida, incluindo as relações do homem com os meios materiais, a história da civilização material e o arranjo institucional. As instituições, resultado dos hábitos e experiências dos indivíduos, surgem pela habituação humana, orientando e definindo os objetivos e o fim da conduta humana.

O crescimento cultural caracteriza-se como uma sequência cumulativa de habituação, sendo moldado pelas respostas habituais da natureza humana às demandas continuamente variáveis e cumulativas, alinhadas aos traços inerentes ao ser humano. Nesse contexto, a investigação científica deve abordar a conduta do indivíduo, formulando suas conclusões teóricas com base nas circunstâncias específicas que moldam tal conduta.

Consoante Veblen (1909), a inadequação do arcabouço teórico marginalista reside na limitação de suas investigações a generalizações teleológicas ou dedutivas. Essa abordagem, em conjunto com a perspectiva e o método lógico adotados, decorre do cálculo hedonista e de uma concepção estática da natureza humana, que a pressupõe como racionalmente adaptável às demandas do acaso.

O autor sustenta que as escolas de pensamento econômico clássico e marginalista negligenciam a análise de variáveis contextuais e culturais que influenciam o comportamento humano. Essas escolas pressupõem a estabilidade

de instituições e relações humanas, impedindo a compreensão de fenômenos de mudança. Consequentemente, essas perspectivas teóricas, baseadas em uma abordagem que busca apenas correlações entre fenômenos superficiais e ajustes *a posteriori*, não analisam a dinâmica da transformação social.

Já *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*, de 1914, fundamenta a conduta humana em uma perspectiva evolucionária, distinguindo instinto e hábito. O instinto, de caráter consciente e teleológico, representa uma propensão inata e persistente, embora não imutável, enquanto o hábito, moldado pelas circunstâncias sociais, configura uma propensão adquirida e adaptativa. Na perspectiva vebleniana, reitera-se a interdependência entre disposições individuais e condições sociais (P3), em um contexto de mudança contínua (P4).

Em *The higher learning in America: a memorandum on the conduct of universities by business men*, Veblen (1918) adverte para a tendência dos economistas em transformar a ciência econômica em uma arte de administrar eficientemente os meios materiais de vida, justificando a teoria econômica por sua utilidade prática. Para tal fim, a economia se apoia predominantemente na compilação de dados empíricos e na análise minuciosa de suas nuances, visando à conformidade com generalizações e lugares-comuns.

No entanto, ao concentrar-se em questões relacionadas à melhoria das condições e à preservação de usos e convenções habitualmente inculcados e considerados como corretos e desejáveis, os economistas deixaram de lado a investigação acerca da gênese e da causalidade subjacentes à realidade da vida.

Consoante Veblen, os economistas limitam-se a avaliar os eventos como convenientes ou inconvenientes, apropriados ou inapropriados, normais ou anormais, adotando uma postura inadequada para uma investigação científica rigorosa. Para o autor, a ciência econômica constitui uma "quase ciência", mais voltada à consolidação de opiniões estáveis do que ao progresso do conhecimento, uma vez que fundamenta suas análises em critérios de conveniência, em oposição à investigação baseada em relações de causa e efeito em um processo consecutivo. Nessa moldura teórica, reafirma-se a concepção processual (P2) e de causalidade cumulativa (P4).

No último ensaio de Veblen, *Economic theory in the calculable future* (1925), o autor retoma as questões levantadas em *Why is economics not an evolutionary science?* (1898a), analisando a postura da geração de economistas

diante das circunstâncias da vida e reafirmando a natureza processual e cumulativa dos fenômenos econômicos (P2 e P4).

Enquanto no artigo de 1898 indaga se a economia poderia ser considerada uma ciência moderna e evolucionária, fundamentada em princípios darwinianos, no texto de 1925 sustenta que a disciplina não seguiu tal trajetória e tampouco apresentava indícios de fazê-lo em um futuro calculável – “próximo quarto de século”. Assim, contrariamente às alegações acerca de uma suposta incongruência teórica de Veblen, este ensaio evidencia a coerência lógica de sua abordagem, fundamentada em sua ontologia evolucionária crítica.

O autor observa que as circunstâncias materiais e espirituais da vida haviam se transformado ao longo do quarto de século anterior, promovendo uma mudança cumulativa na perspectiva e na lógica da investigação científica. As demandas das artes industriais passaram a exigir uma padronização mecânica tanto no trabalho quanto nos modos e meios de vida. Consequentemente, a base da realidade em todo conhecimento começou a se consolidar em termos de desempenho tangível, objetivo e impessoal. Para Veblen, a investigação científica tornava-se progressivamente mais rigorosa em sua atenção a medições e cálculos objetivos e precisos, ao mesmo tempo que relegava a um plano secundário os postulados e valores que não se adequavam a essa lógica e procedimento.

Veblen (1925, p. 50, tradução própria) refere que os economistas estavam relativamente atrasados nessa questão, “[...] como seria de esperar [...]”, embora demonstrassem um desvio perceptível nessa direção, refletido tanto em suas omissões quanto em suas declarações formais. Ele aponta que a ciência econômica sofreu uma crescente bifurcação, impulsionada pelas operações da indústria moderna e pela expansão da propriedade ausente em larga escala.

O autor menciona que a economia acadêmica da época, condicionada pelas circunstâncias, focava na formação orientada às demandas dos negócios, caracterizada por investigações detalhadas fundamentadas em princípios de senso comum, matemática e informações práticas, com pouca aplicação de princípios gerais. Os termos finais e conclusivos das análises econômicas concentravam-se cada vez mais na realidade do empreendimento de negócios e do ganho diferencial advindo do sistema de preços.

Para Veblen, os artigos tradicionais de teoria econômica geral estavam em declínio devido à sua obsolescência e desuso. De maneira visionária, o autor

argumenta que, em um futuro previsível, haveria poucas oportunidades para o desenvolvimento de um sistema abrangente de teoria econômica. Além disso, ele aponta que os economistas permaneceriam como defensores do sistema de preços (capitalismo).

Os fenômenos ônticos possuem uma natureza evolutiva, ou uma "compleição genética" (Veblen, 1925, p. 51), implicando mudanças cumulativas tanto em detalhes quanto em aspectos gerais ao longo do tempo. No entanto, considerando que os economistas são condicionados por hábitos de pensamento enraizados e marcados pela persistência de preconceitos associados a ideias fixas, o ajustamento às mudanças contemporâneas ocorre de maneira tardia e de forma concessiva.

3.3 Discussão: a ontologia de Veblen na literatura

Daugert (1950), em estudo clássico sobre as conexões filosófico-econômicas no pensamento de Veblen, argumenta que o institucionalista fundamentou suas investigações e hipóteses a partir de pressupostos epistemológicos, resultando em uma visão da economia como um processo dinâmico de causação cumulativa. Para o comentador, trata-se de uma teoria voltada à explicação da “evolução do conhecimento”, e não de uma investigação sobre a natureza do ser (ontologia). Contudo, sua formulação da filosofia seria incompleta e parcial e sua escrita, ou grande parte dela, assistemática, apresentando retórica densa e lapsos de rigor analítico.

Ao mapear as relações entre filosofia e economia na tradição vebleniana, Hodgson (2001b) destaca que Veblen foi o primeiro economista a compreender e incorporar as implicações filosóficas profundas do darwinismo, especialmente no que diz respeito à causalidade cumulativa e à intencionalidade da agência humana como sujeito do processo evolutivo. Para o autor, o cerne da contribuição de Veblen é ontológico, contudo, teria faltado rigor formal, clareza conceitual e estrutura sistêmica necessários para sua plena incorporação pela ciência econômica.

Na perspectiva de Lawson (2003), o trabalho de Veblen fundamenta-se em uma ontologia implícita – nem sempre esclarecida ou reconhecida – acerca da

natureza da realidade social, concebida como um processo de mudança contínua, sem fins predeterminados, fazendo uso de uma epistemologia evolucionária.

Martins (2020) afirma que a análise da economia e da sociedade realizada por Veblen, especialmente em *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*, baseia-se em uma concepção materialista ou mecanicista da causalidade, sem, contudo, oferecer uma explicitação da ontologia subjacente.

Mais recentemente, Lawson (2026) atribui a Veblen um papel fundamental no desenvolvimento da ontologia econômica, tratando-o como o pioneiro na análise das "pré-concepções" (ou metafísica) da disciplina, sobretudo a partir da trilogia de artigos *The Preconceptions of Economic Science*. Ainda assim, assinala que sua exposição não foi suficientemente clara. A ciência taxonômica, segundo essa leitura, concentra-se no método que busca por regularidades ou correlações de eventos, ao passo que a ciência evolucionária se orienta fundamentalmente à explicitação dos processos causais que regem o desenvolvimento da sociedade.

A análise crítica da literatura indica que os principais comentadores convergem no reconhecimento da existência de uma ontologia não declarada e, por vezes, desconexa na obra de Veblen. No entanto, sustenta-se no presente trabalho que a exegese do pensamento vebleniano, em sua totalidade, ao ultrapassar o foco restrito a três ou quatro de suas obras clássicas, evidencia um corpo teórico-filosófico coerente e sistêmico, essencial para a compreensão crítica da gênese e da causalidade dos fenômenos econômicos em sua complexidade orgânica e histórica. Tal coerência decorre do fato de que Veblen fundamenta sua análise em termos de pressupostos ontológicos.

No âmbito desta análise, foram destacados textos fundantes do pensamento econômico de Veblen a partir de sua matriz filosófica, que reflete, de forma consistente, os pressupostos ontológicos de uma realidade socioeconômica estratificada e multinível (P1), de natureza processual e dinâmica (P2), marcada por interdependência relacional entre agência e estrutura (P3) e por mudança cumulativa (P4). Esses elementos atravessam sua obra, fundamentada em uma ontologia evolucionária crítica, evidenciando uma profundidade filosófica e consistência teórica (Panassol, 2024).

Tais pressupostos ontológicos permitem a apreensão da realidade em sua dimensão substantiva, constituindo o alicerce sobre o qual a ciência econômica deve se estruturar, possibilitando uma explicação mais profunda dos fenômenos

socioeconômicos. Nesse sentido, a análise econômica deve envolver reflexão crítica e consideração consciente dos fatos e da condição humana, incorporando a complexidade e a contextualidade, em oposição a construções analíticas arbitrárias ou meramente instrumentais associadas à economia dominante.

A ontologia vebleniana fundamenta a proposição de uma ciência econômica evolucionária cuja investigação deve estar sempre em algum ponto do processo de mudança consecutiva da realidade, de uma ciência engajada em múltiplos níveis e dimensões ontológicas, possibilitando a produção de um conhecimento que ultrapassa as aparências fenomênicas ou manifestas. Veblen tinha clareza quanto ao método aplicável. Seu trabalho concentrou-se nos pressupostos ontológicos de elementos fundamentais – frequentemente negligenciados – da realidade, em detrimento de exercícios técnicos de modelagem econômica.

Essa perspectiva rompe com abordagens teleológicas e taxonômicas da economia dominante ao conceber a realidade socioeconômica como um sistema de relações interdependentes e processos de transformação contínua, no qual emergem propriedades que não podem ser explicadas a partir da análise isolada das partes. A dinâmica evolutiva é impulsionada pela interação dialética entre a agência humana, ancorada em instintos, como o *instinct of workmanship*, e em propensões inatas, e a estrutura social, mediada por hábitos de pensamento e comportamento que se cristalizam em instituições.

Sob esta ótica, a evolução das instituições e dos hábitos mentais é compreendida como um processo de seleção adaptativa em um ambiente em permanente transformação tecnológica e cultural. A ontologia vebleniana enfatiza a continuidade e a mutabilidade como categorias essenciais da realidade socioeconômica, postulando que o desenvolvimento social decorre da adaptação cumulativa de meios e fins. Essa concepção rejeita equilíbrios estáticos e leis naturais imutáveis de caráter metafísico. Para dar conta dessas características, requer-se uma abordagem metodológica de caráter evolucionário.

O pensamento de Veblen caracteriza-se, assim, por sua riqueza analítica e por sua ênfase na compreensão integrada dos fenômenos da realidade, privilegiando explicações teóricas abrangentes – gerais ou específicas – em oposição às abordagens convencionais que tratam os componentes socioeconômicos de forma isolada.

4. Considerações finais

Este ensaio teve como objetivo compreender os fundamentos filosóficos de Thorstein Veblen, essenciais para identificar, explicitar e interpretar os fenômenos da realidade socioeconômica. Essa abordagem permite avaliar suas implicações na formulação de uma metodologia adequada à ciência econômica, contribuindo para a superação de inconsistências e tensões analíticas.

Na perspectiva aqui adotada, o método evolucionário vebleniano não é tomado como ponto de partida, mas como decorrência de uma determinada concepção ontológica da realidade. Em Veblen, a apreensão da natureza processual, cumulativa e interdependente dos fenômenos socioeconômicos precede e fundamenta a proposição de uma metodologia adequada à sua investigação. Desse modo, o debate metodológico encontra-se implicitamente ancorado na ontologia que sustenta sua análise.

Nesse contexto, destacam-se os fundamentos ontológicos conforme concebidos por Veblen, que incluem a continuidade e a mudança como aspectos intrínsecos à natureza dinâmica e processual dos objetos sociais. O autor descreve um mundo caracterizado pela interação e interdependência entre suas particularidades, de modo que nenhuma delas pode existir sem condicionar e ser condicionada pelas demais. Outrossim, evidencia-se a centralidade da explicação causal como um processo crítico, contínuo e reflexivo, em consonância com a permanente transformação da realidade.

Esse processo evolucionário, baseado na causalidade cumulativa, na interdependência e em propriedades emergentes, reflete o modo como fatores e forças sociais moldam a economia por meio de transformações tecnológicas e institucionais, adaptando-se às exigências da vida em constante mudança. A ontologia vebleniana constitui, assim, um fundamento essencial para a ciência econômica e para uma reflexão crítica sobre a realidade socioeconômica.

Como exposto, a ontologia, enquanto campo da filosofia, ocupa-se da compreensão da realidade investigada, distinguindo-se de outros domínios da investigação filosófica, como a epistemologia – voltada para o estudo do conhecimento – e a metodologia – dedicada ao estudo dos métodos. Trata-se da disciplina que investiga as características fundamentais do que existe, constituindo a base sobre a qual repousa o trabalho científico.

O estudo das questões ontológicas na economia contribui para a compreensão de múltiplos aspectos da realidade socioeconômica, evidenciando a importância de uma abordagem interdisciplinar com o suporte de outras ciências. No contexto contemporâneo, marcado pela emergência de campos como a economia digital, a bioeconomia, a neuroeconomia e a inteligência artificial, torna-se ainda mais relevante a busca por uma concepção adequada da realidade, sendo o estabelecimento de fundamentos ontológicos condição essencial para esse objetivo.

Dessa forma, a filosofia e a ontologia desempenham papel central na compreensão crítica da realidade social, caracterizada por mudanças cumulativas contínuas em múltiplos níveis. A perspectiva ontológica de Veblen demonstra-se particularmente adequada para esse propósito. Nesse sentido, a ontologia pode ser concebida como a “caixa de ferramentas” da ciência econômica, constituindo o fundamento sobre o qual Veblen estruturou sua obra de maneira consistente.

Conforme argumentado ao longo do texto, a obra de Veblen constitui um todo coerente, fundamentado em um realismo ontológico de natureza evolucionária crítica. Esse alicerce reflete seu propósito de compreender a realidade socioeconômica em constante transformação, bem como de realizar uma crítica reflexiva contínua, em consonância com as circunstâncias mutáveis (Panassol, 2024).

A adequada valorização do arcabouço teórico de Veblen, assim como sua aplicação à análise de um mundo social intrinsecamente aberto e dinâmico, enfrenta dificuldades decorrentes da complexidade de seus conceitos, de suas categorias analíticas e de sua abordagem metodológica, que não se conformam aos paradigmas predominantes da economia tradicional.

Em Veblen, os fundamentos ontológicos que permeiam sua teorização econômica refletem um esforço deliberado de reorientar a economia como uma ciência capaz de compreender e explicar os fenômenos sociais em contextos histórico-culturais específicos. Essa abordagem visa a abarcar, de modo mais amplo, as complexidades e particularidades da realidade socioeconômica.

Cabe, nesse sentido, a observação de Furtado (2002), segundo a qual a reflexão filosófica e a pesquisa científica básica figuram entre os impulsos mais essenciais da humanidade. Tais dimensões constituem os alicerces da criatividade humana, possibilitando o desenvolvimento do pensamento abstrato, da inovação e

da capacidade de decisão em contextos de incerteza, elementos fundamentais para o processo de transformação social.

Assim, a filosofia, a ontologia e a economia convergem em um esforço integrado de teorização da realidade, abrangendo o indivíduo, as instituições e o desenvolvimento socioeconômico.

O pensamento de Veblen possibilita uma compreensão aprofundada dos fenômenos e processos econômicos, ao articular reflexão, análise e crítica conscientes. A amplitude e a profundidade de suas ideias e de sua fundamentação filosófica transcendem abordagens tradicionais na história do pensamento econômico. Tal característica relaciona-se, em grande medida, à sua formação filosófica, que o levou a reconhecer a ontologia como a filosofia fundamental.

Por fim, a análise do arcabouço teórico vebleniano, com ênfase em sua matriz ontológica, ainda demanda aprofundamento e maior espaço na agenda de pesquisa institucionalista. Nesse sentido, este ensaio buscou contribuir para a revitalização do debate acerca da conexão entre filosofia e ciência econômica no pensamento de Veblen, ultrapassando interpretações centradas exclusivamente em aspectos metodológicos ou epistemológicos. A preocupação central de Veblen revela-se, assim, de natureza ontológica, sendo o método evolucionário uma decorrência lógica dessa fundamentação.

Referências

ALMEIDA, F.; PAULA, L. G. de. A bibliometrical analysis of Thorstein Veblen's writings and ideas. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 147-176, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-53575315falg>.

CAMIC, C. *Veblen: the making of an economist who unmade economics*. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

CAMIC, C.; HODGSON, G. M. (ed.). *The essential writings of Thorstein Veblen*. London: Routledge, 2011.

CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A tecnologia social e a causalidade vebleniana enquanto instâncias indissociáveis do processo de crescimento econômico. In: PEREIRA, A. J.; LOPES, H. C.; CONCEIÇÃO, O. A. C. (org.). *Economia institucional e*

dimensões do desenvolvimento. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019. E-book. cap. 5, p. 123-147.

DAUGERT, S. M. *The philosophy of Thorstein Veblen*. New York: Columbia University Press, 1950.

DOPFER, K. *Evolutionary economics*. Jena: Max Planck Institute of Economics, 2013. (Papers on Economics and Evolution, n. 1308). Working paper. Disponível em: http://www.evoecon.mpg.de/fileadmin/user_upload/Paper/2013-08.pdf.

FURTADO, C. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HAUSMAN, D. M. Philosophy of economics. In: ZALTA, E. N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University, 2021. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2021/entries/economics/>.

HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-darwinian economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035205>.

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, v. 36, n. 1, p. 166-192, 1998. Disponível em: <https://soe.xmu.edu.cn/data/file/87/2577/Hodgson%20Approach.pdf>.

HODGSON, G. M. *How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science*. London: Routledge, 2001a.

HODGSON, G. M. Darwin, Veblen and the problem of causality in economics. *History and Philosophy of the Life Sciences*, v. 23, n. 3-4, p. 385-423, 2001b. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23332521>.

HODGSON, G. M. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. *Cambridge Journal of Economics*, v. 27, n. 2, p. 159-175, 2002a. DOI: <https://doi.org/10.1093/cje/27.2.159>.

HODGSON, G. M. Darwinism in economics: from analogy to ontology. *Journal of Evolutionary Economics*, v. 12, n. 3, p. 259-281, 2002b. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00191-002-0118-8>.

HODGSON, G. M. *The evolution of institutional economics: agency, structure and darwinism in american institutionalism*. London: Routledge, 2004.

HODGSON, G. M. *A philosophical perspective on contemporary evolutionary economics*. Jena: Max Planck Institute of Economics, 2010. (Papers on Economics and Evolution, n. 1001). Working paper. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/32649>.

ILLARI, P.; RUSSO, F. *Causality: philosophical theory meets scientific practice*. Oxford: Oxford University Press, 2014. E-book.

KILPINEN, E. The instinct of workmanship and other philosophical concepts in Thorstein Veblen's methodology. In: PLOTKIN, S. (ed.). *The Anthem Companion to Thorstein Veblen*. London: Anthem Press, 2017. cap. 1, p. 21-37.

LAWSON, T. *Economics and reality*. London: Routledge, 1997.

LAWSON, T. *Reorienting economics*. London: Routledge, 2003.

LAWSON, T. Ontology and the study of social reality: emergence, organisation, community, power, social relations, corporations, artefacts and money. *Cambridge Journal of Economics*, v. 36, n. 2, p. 345-385, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1093/cje/ber050>.

LAWSON, T. *Essays on the nature and state of modern economics*. London: Routledge, 2015a.

LAWSON, T. A conception of social ontology. In: PRATTEN, S. (ed.). *Social ontology and modern economics*. London: Routledge, 2015b. cap. 1, p. 19-52.

LAWSON, T. Les conceptions et préconceptions socio-ontologiques de la science économique. In: PAPALE, F. (org.). *Métaphysiques & sciences: identité, différence et émergences*. Paris: Éditions Matériologiques, 2026. cap. 4, p. 161-212. DOI: <https://doi.org/10.3917/edmat.papal.2026.01.0161>.

LEWIS, P.; MOURA, G.; RUNDE, J. Ontology and the history of economic thought: an introduction. *Cambridge Journal of Economics*, v. 44, n. 5, p. 981-990, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17863/CAM.55313>.

MÄKI, U. Reclaiming relevant realism. *Journal of Economic Methodology*, v. 7, n. 1, p. 109-125, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1080/135017800362266>.

MÄKI, U. Economic ontology: what? why? how? In: MÄKI, U. (ed.). *The economic world view: studies in the ontology of economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. cap. 1, p. 3-14.

MÄKI, U. Reglobalising realism by going local, or (how) should our formulations of scientific realism be informed about the sciences. *Erkenntnis*, v. 63, n. 2, p. 231-251, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10670-005-3227-6>.

MARTINS, N. O. Reconsidering the notions of process, order and stability in Veblen. *Cambridge Journal of Economics*, v. 44, n. 5, p. 1115-1135, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/cje/beaa005>.

MITCHELL, W. C. The place of Veblen in the history of ideas. In: HOROWITZ, I. L. (ed.). *Veblen's century: a collective portrait*. New York: Routledge, 2017. cap. 3, p. 41-63.

MURPHEY, M. G. *Thorstein Veblen: economist and social theorist*. London: Routledge, 2018.

PANASSOL, P. E. *A ontologia de Thorstein Veblen: fundamentos para a explicação da realidade socioeconômica*. 2024. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

POLI, R. Framing ontology. [S. l.], v. 23, p. 19-26, 1999. Disponível em: <https://www.ontology.co/essays/framing.pdf>.

RUTHERFORD, M. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, n. 4, p. 463-477, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a013729>.

SEN, A. *On ethics and economics*. Malden: Blackwell, 2004.

TILMAN, R. *Thorstein Veblen and the enrichment of evolutionary naturalism*. Columbia: University of Missouri Press, 2007.

VEBLEN, T. B. Kant's critique of judgment. *The Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 3, p. 260-274, 1884. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25668026>.

VEBLEN, T. B. Some neglected points in the theory of socialism. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 2, p. 57-74, 1891. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1008995>.

VEBLEN, T. B. Why is economics not an evolutionary science? *Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 3, p. 373-397, 1898a. DOI: <https://doi.org/10.2307/1882952>.

VEBLEN, T. B. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. *American Journal of Sociology*, v. 4, n. 2, p. 187-201, 1898b. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2761796>.

VEBLEN, T. B. The preconceptions of economic science: I. *Quarterly Journal of Economics*, v. 13, n. 2, p. 121-150, 1899a. DOI: <https://doi.org/10.2307/1882197>.

VEBLEN, T. B. The preconceptions of economic science: II. *Quarterly Journal of Economics*, v. 13, n. 4, p. 396-426, 1899b. DOI: <https://doi.org/10.2307/1883645>.

VEBLEN, T. B. The preconceptions of economic science: III. *Quarterly Journal of Economics*, v. 14, n. 2, p. 240-269, 1900. DOI: <https://doi.org/10.2307/1883770>.

VEBLEN, T. B. Industrial and pecuniary employments. *Publications of the American Economic Association*, v. 2, n. 1, p. 190-235, 1901. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2485814>.

VEBLEN, T. B. *The theory of business enterprise*. New York: Scribner's, 1904.

VEBLEN, T. B. The place of science in modern civilization. *American Journal of Sociology*, v. 11, n. 5, p. 585-609, 1906. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2762805>.

VEBLEN, T. B. On the nature of capital: investment, intangible assets, and the pecuniary magnate. II. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 23, n. 1, p. 104-136, 1908a. DOI: <https://doi.org/10.2307/1883967>.

VEBLEN, T. B. The evolution of the scientific point of view. *University of California Chronicle*, v. 10, n. 4, p. 395-416, 1908b. Reimpresso em Veblen (1919).

VEBLEN, T. B. The limitations of marginal utility. *Journal of Political Economy*, v. 17, n. 9, p. 620-636, 1909. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1822146>.

VEBLEN, T. B. *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*. New York: Macmillan, 1914.

VEBLEN, T. B. *The higher learning in America: a memorandum on the conduct of universities by business men*. New York: B. W. Huebsch, 1918.

VEBLEN, T. B. *The place of science in modern civilization, and other essays*. New York: B. W. Huebsch, 1919.

VEBLEN, T. B. Economic theory in the calculable future. *American Economic Review*, v. 15, n. 1, p. 48-55, 1925. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1815276>.

VEBLEN, T. B. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).